

Orçamento federal distorce repasses para a educação

EXPEDICTO QUINTAS
Especial para o CORREIO

Está acontecendo o pior na administração do ensino oficial. Menos pelos resultados cada vez mais discutíveis e muito mais pelos rumos que vem assumindo. Queremos nos referir aos custos absurdos que estão transformando os programas educacionais em sorvedouros insaciáveis de recursos, numa expansão imprevisível para os níveis a serem alcançados. Privilégios e injustiças.

As queixas e recriminações contra a abulia do Ministério da Educação, agente passivo dos descalabros que certamente construirão o caos no setor, são diretas e explosivas. Há dias uma entidade ligada ao magistério do ensino superior fez uma energética avaliação contra aquela Secretaria de Estado, deixando-a em posição desconfortável perante a opinião pública. Nada foi poupança. Retiraram-lhe qualquer crédito em termos de desempenho administrativo, de gerenciamento financeiro e de condução correta dos problemas educacionais. Uma dura manifestação de descrença. Uma total falta de confiança em critérios, discernimento, liderança, responsabilidade e competência.

Quem compulta o Orçamento da União sabe e sente que tais colocações têm apoio na realidade e têm razão de ser.

Inicialmente, vale a advertência. Os recursos para Educação não são destinados apenas àquele Ministério. São clientes habituais, por igual, os Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Exército, Marinha, Fazenda, Interior, Relações Exteriores, Trabalho e Saúde. Largas parcelas são destinadas aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal. Em cada uma dessas prumadas existem atividades ligadas ao campo educacional.

No total, para Educação e Cultura, estão inscritos no orçamento para 1988 nada menos do que Cz\$ 379.066 bilhões. Retirando Cz\$ 93.495 milhões destinados à Cultura, ficamos mesmo nos Cz\$ 285.571 bilhões, o que corresponderá a 16% da arrecadação dos impostos, em 1988.

A Constituição vigente manda inscrever um mínimo de 13% dos impostos arrecadados. O substitutivo de Bernardo Cabral recomenda, no seu art. 245, a aplicação pela União, anualmente de, "nunca menos de 18% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, no mínimo da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

— A pergunta fundamental pede de resposta para a indagação se está havendo ou não manutenção e desenvolvimento do ensino. Positivamente isto não ocorre. Estamos vivendo às vésperas do caos. Os recursos do Tesouro para 1988, destinados ao Ministério da Educação, somam a Cz\$ 215.795 bilhões, dos quais Cz\$ 45 milhões são para a administração direta e Cz\$ 169.766 bilhões para as entidades supervisionadas.

Do global, Cz\$ 8,2 milhões serão para a administração, Cz\$ 5,3 milhões para administração financeira, Cz\$ 1,4 bilhão para o planejamento governamental, Cz\$ 338 milhões para ciência e tecnologia, Cz\$ 1,4 milhão para radiodifusão, 1 milhão para serviços de informação, Cz\$ 48,9 milhões para o ensino do primeiro grau, Cz\$ 17,6 milhões para o ensino do segundo grau, Cz\$ 119,6 milhões para o ensino superior. Cz\$ 620 milhões para

educação física e desportos, Cz\$ 525 milhões para assistência aos educandos, Cz\$ 1,2 bilhão para educação especial, Cz\$ 104 milhões para saúde (cooperação internacional) e finalmente Cz\$ 8,7 bilhões para assistência e previdência.

Incluindo recursos de todas as fontes, o primeiro grau terá do ME Cz\$ 55,9 bilhões, com Cz\$ 139 bilhões a serem transferidos para os estados, o DF e os municípios; o segundo grau passará a dispor de Cz\$ 24,1 bilhões. Os quase Cz\$ 7 bilhões de excesso sobre o MEC serão destinados à Aeronáutica (Cz\$ 755 mil), Agricultura (Cz\$ 438 mil), Exército (Cz\$ 5 mil), Marinha (Cz\$ 2,8 bi) e transferências a Estados, DF e Municípios Cz\$ 2,2 bi. Para o ensino superior o total representará Cz\$ 126,9 bilhões, com a Educação retendo Cz\$ 123,6 bi para o setor.

Em que pese a expansão vertical dos recursos para a Educação, a qualidade do ensino é crítica, com tendências para pior. As previsões de agosto de 1986, para o orçamento de 87, admitiam despesas da ordem de Cz\$ 67,4 bilhões. A inflação devoradora e os custos multiplicados do setor elevaram as previsões de agosto de 1987, para a lei de meios de 88, para perto de Cz\$ 285,5 bilhões, crescendo mais de 400%.

O IBGE, com dados de 1985, revela que no País atuam no primeiro grau 187 mil estabelecimentos de ensino, dos quais apenas pouco mais de 10 mil são particulares. Para esse nível existem cadastradas 1 milhão 040 mil funções docentes, das quais 5 mil são federais, 592 mil são estaduais, 303 mil municipais e 139 mil particulares. As matrículas no 1º grau, em 1985, mostravam 24,7 milhões de inscritos, dos quais 14 milhões eram estaduais, 7,7 milhões municipais, 2,9 milhões particulares e 116,8 mil federais. As conclusões de curso, do setor foram, em 1984, pouco além de 865 mil.

Os estabelecimentos de 2º grau em 1985 ascendiam a 8.853, dos quais 137 eram federais, 4.421 estaduais, 638 municipais e 4.064 particulares. Funções docentes do setor totalizavam 206.111, dos quais 7.750 federais, 108.889 estaduais, 10.318 municipais e 79.154 particulares. Matrículas iniciais 3.016.138, das quais 1.780.155 estaduais, 1.004.228 particulares, 132.333 municipais e apenas 99.422 federais.

As matrículas finais ascendiam, em 1984, a 2.347.728 no total, sendo 1.287.597 estaduais, 884.225 particulares, 99.914 municipais e 84.962 federais. Os aprovados no segundo grau, pela mesma ordem anterior, são, respectivamente, 1.921.965, 998.926, 776.197 e 65.065. As conclusões do curso acusaram 585.193 registros em 1984, dos quais 273.127 estaduais, 270.871 particulares, 23.360 municipais e 17.836 federais.

No ensino superior as controvérsias e contradições se ampliam, num detalhamento que impressiona e inquieta. Ainda pelo IBGE existem na atualidade no Brasil 859 estabelecimentos dos quais 68 são universidades e 791 são estabelecimentos isolados. Dos primeiros, 35 são federais, 11 estaduais, 2 municipais e 20 particulares. Dos isolados, 26 são federais, 64 estaduais, 103 municipais e 606 particulares. As vagas oferecidas nos cursos de graduação somaram, em 1985, a 430.482, das quais 64.400 nas universidades federais, 26.807 nas municipais, 5.480 nas municipais e 72.249 nas particulares. Das isoladas, 2.907 são federais, 14.248 estaduais, 27.432

municipais e 216.959 nas particulares.

As inscrições, também em 1985, alcançaram a cifra de 1.514.341, dos quais 921.548 em universidades federais, 438.203 estaduais, 205.752 municipais, 10.396 particulares e 267.196. Nos estabelecimentos isolados essas inscrições pularam para 592.795, das quais 27.112 são federais, 51.666 estaduais, 52.768 municipais e 467.259 particulares.

Os ingressos, no entanto, somaram, pelo vestibular e outras formas de um, a 404.115 no decorrer de 1985.

Desses, 174.371 optaram por Fundações das quais 174.371 são de universidades e 229.744 são de isoladas. Para os primeiros, 71.838 são federais, 26.988 estaduais, 5.069 municipais e 70.476 particulares. Das segundas, na mesma ordem, os ingressos foram os seguintes: 2.937 — 14.186 — 23.206 e 189.415.

O total dos cursos de graduação existentes alcança a 3.923, dos quais 1.764 são em universidades e 2.198 em estabelecimentos isolados. Funções docentes, existentes em 30 de abril de 1985: 122.486. Desses 76.227 em universidades — 44.649 federais, 14.979 estaduais, 938 municipais e 15.730 particulares. Nas isoladas 46.269, 2.540 federais, 3.943 estaduais, 4.667 municipais e 35.947 particulares.

Finalmente as matrículas registradas em 30 de abril de 1985: 1.367.609. Desses, 671.977 em universidades e 695.632 em estabelecimentos isolados. Dos primeiros, 314.102 são federais, 104.441 estaduais, 15.414 municipais e 238.020 particulares. Dos isolados, 12.420 são federais, 42.375 estaduais, 67.928 municipais e 572.909 particulares.

Ai estão os registros, a partir dos quais se identifica um universo de contradições e distorções máximas, quando se colocam em confronto os recursos destinados aos diversos graus de ensino. O primeiro grau, com o impacto impressionante de 24,7 milhões de matrículas iniciais. Desses 14,1 milhões são de responsabilidade estadual, 7,4 milhões de âmbito municipal e 2,9 milhões de âmbito particular.

Para movimentar toda essa massa de educandos estão mobilizados 1 milhão 040 mil funções docentes — das quais apenas 139 mil são de particulares. Para colaborar na ajuda financeira de sustentação do 1º grau para os Estados, os Municípios e o DF, a União transferirá em 1988 a importância de Cz\$ 139,8 bilhões. Vale dizer que para cada aluno das áreas estaduais, municipais e do DF, de matrícula inicial, serão destinados apenas Cz\$ 5.660,00. Ou seja Cz\$ 470, por mês. Dez garrafas de cachaça vagabunda a cada 30 dias.

Ao se estabelecer a mesma relação para o ensino superior, o problema ganha uma dimensão assustadora pela distorção que levanta e dos insólidos que sugere. São perto de Cz\$ 123 bilhões, distribuídos por universidades federais, fundações universitárias e estabelecimentos isolados sob jurisdição federal.

Veja-se o exemplo da Universidade de Brasília. O programa de trabalho, inscrito na Lei de Meios para 88 prevê, entre outras, atividades de coordenação e manutenção de ensino para 9.074 alunos matriculados. Para tanto a UnB tem uma destinação de Cz\$ 3 bilhões. Uma simples operação de divisão mostra que cada aluno terá a cobertura de Cz\$ 330 mil 600. Por outro lado, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (MG) irá repartir os Cz\$ 3.159 bilhões por apenas 5.200 alunos matriculados, cabendo a cada um Cz\$ 607 mil 500.